

Aquecimento global estimula responsabilidade social

VALDIR SANCHES

Políticas para o meio ambiente entram na agenda de governos, empresas e famílias. Mesmo os recalcitrantes, como os Estados Unidos, que não assinaram o Protocolo de Kyoto - para estancar as emissões de carbono - prometem aumentar o uso de combustíveis renováveis, anunciou o presidente George W. Bush em 24/1, ao propor o emprego maciço do etanol. O Brasil tem as maiores reservas florestais do planeta, mas não consegue conter os danos à Mata Atlântica, nem o desmatamento da Amazônia. A consciência dos riscos ganha a sociedade. Seguir as práticas de responsabilidade ambiental já é objeto de protocolos, como os Princípios do Equador, ao qual aderiram os maiores bancos privados do País.

O interesse pelo tema é generalizado. Em janeiro, armou-se uma imensa fila na entrada do Carnegie Hall, a famosa casa de espetáculos de Nova

York. As pessoas, entre elas grandes empresários, pagaram US\$ 1 para assistir ao concerto *Amazon Forever*, em que o maestro João Carlos Martins regeu a Orquestra de Câmara Bachiana, formada por 27 músicos brasileiros. Foi um sucesso. "O chefe de palco me disse que foi a maior ovação em 15 anos", diz Martins. O maestro abraçou a causa ambientalista há alguns meses. Esteve com a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, descobriu a ONG Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que quer proteger 50 milhões de hectares de floresta e, com o patrocínio da Nokia e passagens oferecidas por uma companhia aberta (TAM), apresentou o concerto seguido de um coquetel "para apresentar a causa". "Havia 2.500 pessoas lá", diz ele. O acontecimento repercutiu em jornais e revistas americanos. "O concerto começa, agora, a ir para a Europa."

É mais que hora de agir, pois as notícias sobre meio ambiente são in-

quietantes. Em contraste com a multiplicidade de iniciativas destinadas a reverter a degradação ambiental, a comunidade científica (veja no quadro da pág. 23 entrevista com o professor José Goldemberg) teme pelo futuro do planeta, pois os fenômenos climáticos provocados pelo aquecimento global ganham velocidade e poderão se tornar irreversíveis, como mostrou o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU). E o homem é o grande responsável pelo problema climático.

INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS - No mundo sensível das finanças e do mercado de capitais, fundos ambientais surgidos nos últimos anos foram bem-sucedidos, atraindo investidores que lucram com a responsabilidade social. Esses fundos só aplicam em empresas cuja estratégia ambiental foi avaliada. As com-

panhias recebem um questionário e só as "aprovadas" são graduadas para o investimento.

Respeitar o meio ambiente não atrapalha - ao contrário, ajuda as companhias a lucrar. E uma evidência disso surgiu em 2005, quando a Bovespa criou o índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com ações emitidas por empresas comprometidas com questões socioambientais. O ISE é um selo de qualidade. As empresas só são incluídas no índice após a avaliação do impacto ambiental de suas atividades, entre outros itens de sustentabilidade. Elas antes respondem a um detalhado questionário, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Estão no ISE 34 empresas de 14 setores, com R\$ 776 bilhões de valor de mercado, em dezembro. O "selo" é a garantia de que têm sustentabilidade no longo prazo. A lucratividade do ISE foi de 37,2%, em 2006, contra 32,9% do índice Bovespa.

Antes disso, os fundos de pensão - maiores investidores institucionais, com patrimônio de R\$ 375 bilhões - haviam criado, em 2003, um padrão mínimo para avaliar a condição socioambiental das empresas em que vão investir. "O risco ambiental hoje pode quebrar uma empresa, liquidar um negócio", avalia Antônio Jorge da Cruz, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), que congrega 300 entidades de previdência privada. "E trabalhando como socialmente responsável você induz, de uma forma ou de outra, as empresas e o mercado a ser mais transparentes, a ter mais responsabilidade com o planeta".

Os princípios básicos de investimento e responsabilidade social foram encomendados pela Abrapp ao Instituto Ethos. Os fundos de pensão aprovaram 11 regras mínimas. "Não quer dizer que as pessoas tenham de usar, mas é um referencial", disse Jorge. "As fundações, principalmente as grandes, começaram



MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS
No Carnegie Hall, regendo o concerto *Amazon Forever*

a incluir em suas políticas de investimento restrições cujo objetivo foca a responsabilidade social."

A Abrapp aderiu ao Global Compact, programa da ONU de responsabilidade social e ao Carbon Disclosure Project, financiado pelo governo inglês, voltado para a redução das emissões de carbono no mundo. Em 2004, a Bovespa convidou a Abrapp para fazer parte do ISE e Jorge foi indicado para o conselho do índice. "O que diz melhor o desempenho do ISE é que as empresas são lucrativas, têm compromissos de responsabilidade social e governança com o acionista" diz Jorge. Há mais transparência e segurança para investir.

Fundos ambientais também são rigorosos. "Queremos saber os objetivos estratégicos da empresa na área social e ambiental", diz Pedro Villani, gestor de Renda Variável dos Fundos Ethical, do ABN Amro. "Quais os sistemas de gestão que a empresa utiliza nessas áreas, os indicadores de desempenho efetivo. Quanto gasta de recursos, quais os indicadores de emissão e efluentes, os dados numéricos." Em cinco anos, o Ethical analisou 70 empresas e selecionou 28 para investir.

PRINCÍPIOS DO EQUADOR - Em 2002, a Internacional Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial, liderou um movimento de bancos para a criação dos Princípios do

Equador - conjunto de normas de avaliação socioambiental para concessão de crédito bancário a obras de infra-estrutura. Os projetos são classificados por nível de risco socioambiental: nível A, alto risco; B, médio; C, baixo. "No momento em que os Princípios do Equador foram criados, muitas das maiores corporações bancárias mundiais reuniram-se para aderir e divulgaram o documento", lembra Sônia Favaretto, diretora de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Hoje, no mundo, há 45 bancos participantes, quatro dos quais são brasileiros (Bradesco, Itaú, Unibanco e Banco do Brasil), além de dois estrangeiros com presença no País (ABN Amro e HSBC).

O projeto inicial dos Princípios do Equador submetia às normas financiamentos superiores a US\$ 50 milhões. Em julho de 2006, houve uma revisão e o valor foi reduzido. A empresa que quer financiamento de US\$ 10 milhões terá de ser avaliada.

As exigências são maiores no Brasil. "Hoje, os bancos estão cada vez mais adotando financiamentos ambientais", diz Sônia, também chefe do setor de responsabilidade socioambiental do Itaú. "O Itaú está indo além dos Princípios do Equador. Baixou o valor para R\$ 5 milhões, para qualquer tipo de financiamento." Outros bancos, enfatiza também baixaram o valor. "A gente percebe que é um caminho sem volta." A IFC calcula que, em dez anos, mais de US\$ 100 bilhões em investimentos estarão sujeitos às regras ambientais.

AQUECIMENTO GLOBAL - O fenômeno que provoca tantas iniciativas - o aquecimento global - não é novo. "É conhecido da humanidade há cem anos", diz o ex-secretário estadual paulista do Meio Ambiente e deputado federal Fábio Feldmann. Mas ganhou destaque na década de 80 e foi um tema dominante da conferência Rio-92 (até hoje a mais impor-



PEDRO VILLANI, DO ABN AMRO
Fundos escolheram 28 entre
70 empresas para investir

tante do mundo, diz Feldmann). Mas nada é parecido com as reações desencadeadas depois que o gelo das calotas do Ártico começou a derreter a olhos vistos.

Em fevereiro, o Painel Intergovernamental sobre a Mudança de Clima (IPCC), estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PMUNA), divulgou previsões aterradoras sobre o aquecimento global. "Os cientistas ainda têm muita dúvida, está havendo muita controvérsia", diz Feldmann. "Mas o relatório prevê o aumento da temperatura média do planeta em 3,5 a 5,8 graus Celsius nos próximos 50 a 100 anos. E a elevação do mar em 30 cm a 1,5 m."

"O degelo das calotas do Ártico e do Oeste da Antártica está se desenvolvendo com uma velocidade muito maior do que havia previsto nos últimos anos. Com isso, vem aumentando o volume dos oceanos. A realidade se mostra muito mais dramática do que as previsões."

Outro exemplo citado é o das chamadas "neves eternas do Kilimanjaro", no norte da Tanzânia, o ponto mais alto do continente africano, com 5.895 metros. As "neves eternas" estão desaparecendo.

No ano passado, o relatório Stern, da Nicholas Stern, ex-economista chefe do Banco Mundial, eliminou quaisquer dúvidas: o aquecimento global é provocado pelo homem. No Brasil, este fato tem aspectos singulares. O País produz muito menos gás carbônico - o principal vilão do aquecimento - do que países da Europa e os Estados Unidos. Mesmo assim, o Brasil ocupa o quarto lugar entre os maiores responsáveis pela emissão do gás. E o motivo é o desmatamento da Floresta Amazônica.

"O desmatamento é responsável por 75% a 85% da emissão de carbono na atmosfera", explica Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra, ONG constituída há 18 anos. "Para nós seria muito mais fácil do que para outros países cortar as emissões." Ou seja, bastaria conter o desmatamento (que chega a 15 mil km² por ano e pode alcançar 20 mil ou 25 mil). "Outros países, para cortar emissões, têm de reduzir o consumo energético, com prejuízo do desenvolvimento", diz Smeraldi. "E, quanto a nós, quanto o desmatamento contribui para o desenvolvimento? Quanto acrescenta ao PIB?"

A liberação de carbono decorrente do desmatamento é um processo simples. A árvore viva absorve carbono em seu crescimento. Quando morre, o gás volta à atmosfera. Rapidamente, quando há queimadas; ou vagorosamente, se há apenas decomposição. Antigos conceitos consideram que a Amazônia é neutra, com equilíbrio entre as quantidades de gás carbônico absorvido e expelido pelas árvores. Recentemente, segundo Smeraldi, cientistas concluíram um estudo aprofundado, que exigiu a instalação de torres na Amazônia para medir a troca de carbono na atmosfera. A conclusão favoreceu a floresta: o saldo, para a natureza, é positivo, pois a Amazônia incorporaria entre quatro e cinco toneladas de carbono, por ano. Mas, por hora, adverte, trata-se apenas de uma tese.

Outra especialista, Carmem Sílvia Treuherz Salomão, que há dez anos comanda a empresa de consultoria ES Planejamento, em Brasília, fala da China como exemplo de situação extrema. "Os graves problemas ambientais enfrentados hoje pela China indicam que o conceito de sustentabilidade continua a ser ignorado, e que mudanças urgentes em nosso modelo de desenvolvimento são imprescindíveis."

Carmem Sílvia explica: "Os problemas ambientais são gravíssimos, tudo atinge grandes proporções. Um modelo de desenvolvimento econômico que não levava em conta a questão ambiental resultou em grande percentual dos rios e lagos poluídos. Milhares de empreendimentos tiveram suas atividades paralisadas, pois os custos ambientais e sociais seriam em breve muito maiores do que o seu retorno financeiro." As consequências atuais para a economia e a sociedade do País não são tudo. "A recuperação de um dano ambiental é muito mais onerosa, com pouca probabilidade de retorno à condição original."

À vista do agravamento do quadro ambiental, Carmem Sílvia observa que os países são forçados a aceitar uma tese óbvia: "A de que agir para modificar a situação é improrrogável, e esperar é pura perda de tempo". Ela acrescenta: "O que se pretende investir em matéria de tecnologias limpas, pesquisas, sensibilização da população e em ações concretas ainda é um ponto de interrogação." Considera as medidas atuais "tímidas e insuficientes", advertindo: "Qualquer iniciativa, mesmo que pequena e que promova resultado financeiro, é bem-vinda. No seu conjunto, essas ações podem fazer a diferença."

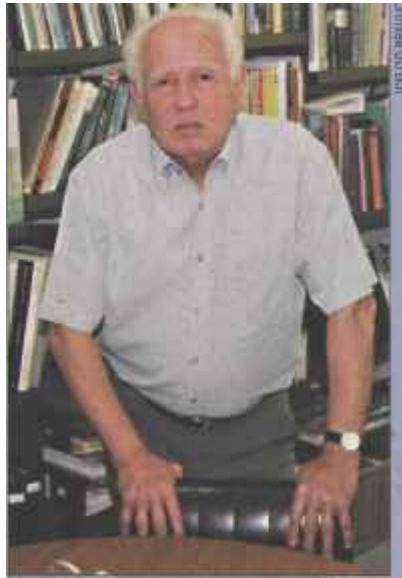
BIODIESEL - Os estímulos à produção de combustíveis renováveis - como o biodiesel, que deverá ser adicionado na proporção de 2% ao diesel - atraem grandes e pequenos empresários, como o paulistano Fernando Luiz Cardoso Bueno,

Brasil tem de reduzir desmatamento

O alerta é do professor José Goldemberg, que deixou em janeiro o cargo de secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: sem medidas imediatas contra o aquecimento global, os custos e os riscos das alterações climáticas poderão levar a uma perda anual de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, podendo atingir 20% e causar uma recessão mundial sem precedentes. Ele se baseou no recém-divulgado Relatório Stern, elaborado por Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial. O texto preconiza medidas para reduzir os riscos, como o uso de energias renováveis (hidrelétrica, biomassa, solar e dos ventos) e a redução do desmatamento de florestas nativas, principalmente no Brasil, na Indonésia e na África Ocidental.

"Plantar, ou manter as árvores existentes em pé, é uma das melhores maneiras de fixar o carbono e impedir que ele vá para a atmosfera", disse Goldemberg à REVISTA BOVESPA. "Mas o desmatamento da Amazônia tem lançado uma quantidade muito grande de carbono na atmosfera, três vezes mais do que todos os brasileiros emitem. O sistema industrial e comercial do Brasil é um emissor modesto de carbono."

Portanto, "do ponto de vista do Brasil, há uma coisa que é mais importante do que todas as outras: reduzir o desmatamento", diz ele, "Mas não vejo de parte desses últimos governos uma decisão firme de fazê-lo. Não é fácil, porque colide com o interesse de pessoas que querem expandir a fronteira agrícola." Considera essencial "uma ação definida, clara, obje-



JOSE GOLDEMBERG
Governos não tomam decisão firme

tiva, energética, para reduzir o desmatamento".

"A floresta amazônica se constitui no maior depósito de carbono existente no mundo. Portanto, sua preservação é de interesse da humanidade." Neste caso, o Brasil não deveria receber algum tipo de compensação? "O Protocolo de Kyoto termina em 2012. É indispensável renegociá-lo. E, na renegociação, houve proposta do governo brasileiro para que a preservação da floresta amazônica fosse remunerada, já que o bem é não só dos brasileiros, mas um bem comum. Isso está sendo discutido. A possibilidade de que ocorra a curto prazo eu acho pequena. Esse tipo de generosidade não é muito comum."

Se medidas eficientes não forem tomadas, o que acontecerá com o planeta? "Será menos habitável do que é hoje. As temperaturas vão subir em certas regiões do mundo e haverá mais

regiões desérticas e instabilidades climáticas muito grandes. Como, aliás, as pessoas estão interpretando que está ocorrendo agora, passam três anos sem chuva, depois há um dilúvio. Instabilidades climáticas são uma das pegadas do efeito estufa."

"Naturalmente, se as camadas de gelo da Antártica e do Ártico derreterem, o nível do mar vai subir vários metros e nós teremos problemas de inundações sem precedentes na história da humanidade (mas nada a ver com os tsunamis, resultado de rearranjo das placas tectônicas)."

Goldemberg diz que ainda há tempo para se corrigir os problemas, "mas são necessárias medidas muito mais corajosas do que as que foram tomadas até agora". Ele acrescenta: "A única medida que existe hoje são as reduções feitas em obediência ao Protocolo de Kyoto. É preciso reduzir mesmo as emissões, melhorar os equipamentos. Países da Europa, na grande maioria, estão conseguindo fazer isso, estão reduzindo suas emissões. Substituem, por exemplo, carvão por gás natural, ou usam geradores elétricos mais eficientes do que usavam antigamente."

E quanto aos carros? "É o grande problema. Quem está conseguindo isso de uma maneira modesta é o etanol do Brasil. Não é um combustível fóssil, não emite carbono." O biodiesel representa "novas idéias, mas essas não estão ainda desenvolvidas o suficiente". O futuro pode ir por aí? "Não o futuro, mas uma contribuição para resolver o problema." (V.S.) *

da administradora de recursos Santa Fé. Ele iniciou, em 2001, um projeto no Estado de Tocantins para produzir 1 milhão de sacas de soja por ano, em dez anos. Mas, há oito meses, ampliou o objetivo para o biodiesel e o etanol. Para produzir álcool, foi aberta uma área de pesquisa (variedades de cana, perfil do solo, etc.) e contratado o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). A cana não tem tradição na região, mas os primeiros resultados foram promissores.

Quanto ao biodiesel, a soja não se mostrou a oleaginosa ideal. "Na região há alternativas como plantas nativas que são grandes produtoras de óleo, com características próprias para o biodiesel, vantagens em produtividade e fáceis de manejar. E com a possibilidade de utilizar agricultura familiar." Uma das culturas é o pinhão manso, arbusto frequente no cerrado. Outra, o pequi, também é abundante na região. A Embrapa está sendo consultada. E há outras possibilidades, como girasol e mamona.

Na Europa, lembra Bueno, a mistura de biodiesel ao diesel já é obrigatória. O biodiesel também está disponível sem mistura. Lá, a matriz energética dos veículos é 70% diesel, 30% gasolina (no Brasil, usamos 70% de gasolina e álcool e 30% de diesel). O preço do biodiesel, na Europa, é o mesmo do diesel.

KYOTO - Em outro plano - o das nações - a maior iniciativa contra o aquecimento global surgiu no Japão, em 1997, com a criação do Protocolo de Kyoto. Ele fixou metas de redução das emissões de carbono, a serem cumpridas pelos países desenvolvidos (com exceção dos Estados Unidos e da Austrália, que não aderiram). Os subscritores do protocolo se comprometeram a reduzir as emissões em 8% em relação aos níveis de 1990, entre 2008 e 2012. Países em desenvolvimento participam do protocolo, mas não são obrigados a cumprir metas. Neste caso estão grandes poluidores, como Brasil, China e Índia.



ANTÔNIO JORGE DA CRUZ

Fundos de pensão preferem empresas contrárias a danos ambientais

Os países que cumprem metas distribuem cotas de permissão para suas indústrias. Empresas que geram energia elétrica através de combustíveis fósseis, indústrias siderúrgicas, de papel e celulose, cimento, recebem permissão para emitir uma quantidade máxima de gases do aquecimento global. Quem não cumprir está sujeito a multa. Na União Européia, até o final deste ano, a multa é de 40 euros (cerca de R\$ 115,00) por tonelada de carbono adicional. Até 2012, a multa chegará a 100 euros por tonelada (cerca de R\$ 288,00).

A maneira mais direta de reduzir as emissões é investir na unidade de produção — o que geralmente é caro. Mas, como alternativa, a empresa poderá comprar créditos de outra companhia que tenha reduzido suas emissões de carbono num nível acima do necessário. Ou pode financiar projetos que deixem de poluir (trocar carvão por energia eólica, por exemplo) e ficar com os créditos. As duas hipóteses só se aplicam a países desenvolvidos.

Mas há uma terceira possibilidade, que interessa ao Brasil. Empresas de países desenvolvidos podem comprar créditos de carbono de outras, de qualquer região. Créditos de um pro-

jeto de aterro sanitário (em lugar de um lixão, que emite gás), por exemplo, podem ser vendidos. O projeto precisa ser aprovado por Kyoto.

Os créditos de carbono são negociados na Bolsa de Kyoto ou em outras, no mundo. Hoje, o gás carbônico (CO₂) sequestrado do meio ambiente virou uma *commodity*. Os gases que poluem a atmosfera (metano, óxido nitroso e outros) são expressos em toneladas de carbono. Uma tonelada equivale a um crédito de carbono.

Embora os Estados Unidos não tenham aderido a Kyoto, empresas norte-americanas — como Ford, IBM, Motorola, AEC — assumiram compromissos voluntários de redução e criaram o Chicago Climate Exchange (CCX), a Bolsa de Clima de Chicago. Começou em 2003, com cerca de 20 empresas. Hoje são cerca de 250. Participam os países do Nafta (Estados Unidos, Canadá e México) e o Brasil.

Qual o interesse do Brasil no CCX, se há a Bolsa de Kyoto? "É negociar créditos de projetos que não podem ser enquadrados em Kyoto", diz Walfredo Schindler, superintendente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FDBS, com sede no Rio), que representa a CCX no Brasil. Kyoto exige que o projeto seja voluntário e tenha adicionalidade. Ou seja, aquilo que a empresa não é obrigada a fazer, mas faz porque traz benefícios à luta contra o aquecimento global. A CCX não tem essas exigências.

"Chicago aceita, por exemplo, projeto de reflorestamento comercial", diz Schindler. Entende que, mesmo sem ter adicionalidade, o projeto absorve carbono da atmosfera, e tem um papel no controle do efeito estufa. "É um recurso significativo que entra no caixa da empresa por atitudes que ela já tomou. Uma empresa que tem uma floresta de eucalipto já implantou um projeto desses, já teve gastos e pode ter um ganho adicional através da venda dos créditos de carbono." *